

HABEAS CORPUS Nº 548.768 - MG (2019/0357686-4)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : **XENOFONTES CURVELO PILO**
ADVOGADO : **XENOFONTES CURVELO PILO - MG151340**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
PACIENTE : **AFRANIO CRISTOVAO SANTOS**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS. PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO TRÂMITE PROCESSUAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **Afranio Cristovão Santos**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Apelação n. 1.0024.99.094686-5/005).

O impetrante narra, em síntese, que o paciente foi condenado a 51 anos de reclusão, em regime fechado, pela prática do crime de homicídio qualificado contra três vítimas. Por ocasião do julgamento da apelação, a Corte estadual determinou a expedição de mandado de prisão, após esgotadas as instâncias ordinárias.

Argumenta que o Supremo Tribunal Federal alterou sua jurisprudência ao julgar o mérito das ADCs n. 43, n. 44 e n. 54, declarando constitucional o texto do art. 283 do Código de Processo Penal e, consequentemente, vedando o cumprimento antecipado da pena.

Destaca que tanto o recurso extraordinário como o recurso especial foram admitidos, o que *torna flagrantemente ilegal a execução provisória da pena iniciada contra o Paciente em regime prisional mais gravoso (fechado)* – fl. 6.

Requer, em sede liminar, *a anulação da prisão imposta ao ora Paciente devendo, no mérito, ser confirmada a medida liminar até que seja encerrada a jurisdição do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal* (fl. 6).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Verifica-se que o impetrante não comprovou a ausência de trânsito em julgado da ação penal, razão pela qual não há como verificar a verossimilhança das alegações.

O *habeas corpus* deve ser instruído com as peças necessárias para confirmação da efetiva ocorrência do constrangimento ilegal, cabendo ao impetrante, em especial, quando se tratar de advogado, o ônus processual de produzir elementos documentais consistentes, destinados a comprovar as alegações suscitadas na impetração.

Confirmam-se julgados nesse sentido: HC n. 486.974/RS, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 12/3/2019; e RHC n. 106.115/BA, Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe 26/2/2019.

Ressalte-se, ainda, que o AREsp n. 1.537.248/MG, interposto contra o acórdão que julgou a apelação, não foi conhecido pelo Ministro Presidente desta Corte, João Otávio de Noronha. Em 20/8/2019, sobreveio o trânsito julgado dessa decisão.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o *writ*.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator